

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 11, Número 2, Novembro de 2022

Artigos Inéditos

**O movimento bolsonarista e a americanização
da política brasileira:
causas e consequências da extrema direita no poder**

Guilherme Casarões

**Angola e Moçambique: avanços e recuos
da democracia**

Mathias Alencastro

Traduções

Ucrânia e Rússia: guerra e regimes políticos

Timothy J. Colton

Propaganda digital: o poder dos influenciadores

Samuel C. Woolley

**Por que a democracia alimenta teorias
da conspiração**

Scott Radnitz

**Como os autocratas instrumentalizam os direitos
das mulheres**

Elin Bjarnegård e Pär Zetterberg

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis
DIAGRAMAÇÃO	Felipe Martins Wonderweb

Journal of Democracy em Português, Volume 11,
Número 2, São Paulo, Novembro de 2022
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Angola e Moçambique: avanços e recuos da democracia

Mathias Alencastro

Mathias Alencastro, cientista político com doutorado pela Universidade de Oxford, é pesquisador do Cebrap. Entre suas áreas de estudo estão o papel dos recursos naturais na formação dos Estados africanos e na política externa brasileira para a África. É colunista da Folha.

Introdução

Os rumos da democracia na África é um dos temas mais estimulantes e complexos de pesquisa na atualidade. A ideia de que a democratização caminhava junto com a liberalização do Estado há muito se tornou obsoleta. Muitas nações parecem ter ficado no meio do caminho, num limbo entre o processo de democratização iniciado nos anos 1990 e o regresso a práticas despóticas dos seus governantes nos anos 2000. Ninguém consegue dizer com certeza se a democracia está recuando ou avançando no continente.

O clima de incerteza contribuiu para o desenvolvimento de uma literatura eclética e divergente: alguns autores decretaram o fim do processo de democratização e o regresso do autoritarismo em alguns países, enquanto outros celebram a emergência de uma democracia genuinamente africana. Para um dos grandes estudiosos do tema, Ni-

cholas Cheeseman, o debate sobre avanços e recuos da democracia na África deve partir de uma premissa: apesar das dificuldades, o progresso das últimas décadas é notável, se levarmos em consideração a ausência de pré-condições para a consolidação democrática em boa parte dos Estados africanos¹.

Importa, pois, situar a democracia da África em sua trajetória histórica e sublinhar como as experiências de descolonização e de adesão ao marxismo-leninismo por parte dos movimentos de libertação nos anos 1960 e 1970, assim como os ajustes estruturais realizados com maior ou menor sucesso nas décadas de 1980 e 1990, condicionaram de forma decisiva a natureza do Estado africano contemporâneo e de seu processo democrático.

As transições de Angola e Moçambique, que examinaremos em detalhe em seguida, são particularmente ilustrativas desse fenômeno. Entre outros fatores que coibiram a democratização constam a fragilidade da identidade nacional, a ausência de instituições sólidas e a lenta formação de uma sociedade civil autônoma. O estudo desses elementos é especialmente importante porque eles indicam que, a despeito das suas singularidades, os problemas da democracia na África são semelhantes aos de outras regiões do Sul Global e de outras partes do planeta².

No célebre cálculo de Adam Przeworski, a introdução da democracia em países com PIB per capita abaixo de US\$ 6.000 dólares estaria fadada ao fracasso. Mas, na África, não são poucas as nações que, com números bastante inferiores, conseguiram passar por avanços significativos, como Namíbia, Senegal, África do Sul, Cabo Verde e Benin. Estes casos bem-sucedidos nos ensinam que existem diferentes caminhos para a democratização.

1. (Cheeseman, 2015).

2. Sobre a estrutura dos Estados africanos e a resiliência histórica de Estados considerados “falidos”, merece destaque o livro *“Africa: Unity, Sovereignty, and Sorrow”*, de Pierre Englebert. Já em uma perspectiva ampliada, sobre as relações internacionais dos países de terceiro mundo, a condição de *quase-estados* e a perspectiva de uma soberania negativa, ver *“Quasi-States: Sovereignty, International Relations and the Third World”*, de Robert H. Jackson.

Muitos trabalhos tentaram identificar as chaves de sucesso das democracias africanas. A atuação das diásporas, que desempenham um papel fundamental na organização dos Estados africanos, mostra como a democratização é um movimento transnacional que vai muito além do território continental. Estudos sobre as campanhas eleitorais no Quênia e em Gana revelam como as elites políticas aprenderam a fazer a sua própria democracia, escolhendo as melhores estratégias de mobilização e organização da militância e até de prévias partidárias, como no caso do Malawi. Mecanismos de prevenção de violência eleitoral também são considerados essenciais para a prevenção de conflitos³.

Reconhecer o avanço da democratização também nos obriga a admitir que a instauração de regimes multipartidários e a realização de eleições ajudaram a agravar alguns dos problemas inerentes ao Estado africano moderno, como as tensões étnicas e as dificuldades de governança. Em artigo clássico, Christine Messiant demonstrou que as eleições de Angola em 1992 aceleraram a polarização étnica e ocasionou um regresso da guerra civil⁴. O caso mais recente do Quênia, onde a violência explodiu depois das eleições de 2007, oferece mais uma clara ilustração desse fenômeno.

A ideia de que os sistemas políticos dos países lusófonos estavam unidos pela herança do imperialismo português não resiste à observação dos acontecimentos desde 1975, quando se tornaram independentes.

É dentro desse panorama que devem ser analisadas as situações de Angola, Moçambique e outros países africanos de língua portuguesa. O debate sobre a natureza da relação entre os Estados surgidos do colonialismo português evoluiu muito ao longo do tempo. A

3. (Davis, 2022).

4. (Messiant, 1994).

chegada ao poder de movimentos de libertação alinhados à União Soviética, o surgimento – ou a continuação – de conflitos civis e a retomada das negociações de paz nos anos 1990, com resultados diversos, são eixos estruturantes comuns a todos esses países.

No entanto, a ideia de que os sistemas políticos dos países lusófonos estavam unidos pela herança do imperialismo português não resiste à observação dos acontecimentos desde 1975: a Guiné-Bissau seguiu um caminho próprio de colapso do Estado e criminalização da sua economia, ancorada ao tráfico de drogas internacional, enquanto Cabo Verde e São Tomé e Príncipe passaram por experiências bem-sucedidas (sobretudo no primeiro caso) de abertura econômica e liberalização política, com eleições livres e alternância de poder nas últimas décadas⁵.

Angola, do seu lado, foi organizada politicamente em torno do petróleo e da toda poderosa estatal Sonangol, com as consequências que o acesso súbito a grandes recursos costumam trazer. Em Moçambique, na ausência de um elemento estruturante como o petróleo logo nos primeiros anos da transição colonial, o Estado acabou se tornando mais dependente dos agentes internacionais e menos operante na administração do território nacional. São diferenças essenciais para entender como se organizaram as elites políticas e econômicas que assumiram o poder após a descolonização em meados dos anos 1970. Por limitações de espaço e de tempo, neste texto nos ateremos aos processos de democratização em Angola e Moçambique, que ilustram bem os avanços e recuos da democratização no continente.

5. As diferentes trajetórias de desenvolvimento do setor privado em economias africanas são detalhadas por M. Anne Pitcher, em *“Party Politics and Economic Reform in Africa’s Democracies”*. Sobre a experiência histórica de São Tomé e Príncipe, ver *“Comrades, Clients and Cousins: Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe”*, de Gerhard Seibert. Em relação à democracia em Cabo Verde e seus resultados políticos, Sanches, Costa e Serra-Silva, *“A qualidade da democracia em Cabo Verde - resultados das avaliações dos especialistas”*.

Moçambique: FRELIMO se entrincheira no poder

Nada permitia antecipar a longevidade da presidência de Filipe Nyusi, que caminha para terminar o seu segundo mandato na condição de líder incontestável da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), e em condições políticas de propor uma revisão constitucional⁶ para disputar um terceiro período como presidente da República, em 2024⁷.

Escolhido como candidato de seu partido em 2014, em meio a um impasse interno, Nyusi era visto como um político discreto que, como presidente, estaria destinado a viver à sombra das principais lideranças da Frente que governa o país desde a independência, em 1975. No entanto, ele foi reeleito em 2019 com 73% dos votos e ajudou a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) a conquistar 184 dos 250 assentos na Assembleia da República de Moçambique, contra 60 para a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), e apenas 6 para o MDM (Movimento Democrático de Moçambique)⁸, formado em 2009 com a promessa de romper a polarização histórica entre a FRELIMO e a RENAMO, principal força de oposição em mais de quatro décadas, mas que nunca chegou ao poder. No plano regional, onde a RENAMO esperava estabelecer uma base de contestação ao poder central, a FRELIMO obteve a maioria nas dez assembleias provinciais, estabelecendo uma hegemonia sem paralelos na breve história da democracia moçambicana⁹.

O triunfo de Nyusi surpreende porque os seus governos não são exatamente conhecidos por serem exitosos. Pelo contrário, ele teve de atravessar o maior escândalo político da história de Moçambique, causado

6. Importante ressaltar que existiram importantes controvérsias sobre a possibilidade dessa revisão constitucional, como explica Chicava, S. (2021).

7. Caldeira, A. (2022).

8. Sobre a eleição de 2019 em Moçambique e os efeitos da polarização política sobre o crescente autoritarismo no país, ver Pitcher (2020).

9. Em relação a Filipe Nyusi, houve grande polêmica sobre sua declaração de que encontrara o governo “com os cofres vazios”. De acordo com diversos estudos, a alegação não encontra qualquer respaldo nos dados sobre a situação financeira do país (Francisco & Semedo, 2016).

por um empréstimo de quase US\$ 2 bilhões de dólares que foi desviado por oficiais do Estado, e ficou conhecido como o “processo das dívidas ocultas”. Surgido durante o governo Armando Guebuza (2005-2015), do qual Nyusi fez parte como ministro da Defesa, o caso desencadeou uma greve do G14, o grupo que reúne os países doadores, responsável por uma parte significativa do orçamento nacional, e levou a uma disparada do endividamento que ultrapassou 100% do PIB.

Os impactos econômicos foram sentidos por toda a população, com o aumento da inflação e do desemprego, somados à queda no crescimento do PIB. Estudos estimam que o custo econômico total do caso – somando os custos diretos com as perdas decorrentes da desaceleração econômica – atingiu mais de US\$ 11 bilhões. Do ponto de vista social, o processo das dívidas ocultas teria sido a principal causa para uma retração de US\$ 10 e US\$ 7 dólares per capita de investimento em educação e saúde, respectivamente. Ao final, o governo Nyusi provocou o sentimento de que pouco mudou na vida da população menos favorecida, que continua sem acesso à eletricidade, água e luz, reforçando a impressão de que os megaprojetos de desenvolvimento da era Guebuza não beneficiaram mais de 15 milhões de moçambicanos que vivem abaixo da linha de pobreza¹⁰. Moçambique também se tornou um dos países mais afetados pela crise climática, com dois ciclones que arrasaram comunidades inteiras e expuseram a fragilidade do Estado no socorro às vítimas.

A situação militar de Moçambique também conheceu importantes altos e baixos sob o seu governo. Ao enfrentamento com a RENAMO – que retomou a luta armada, embora com menor intensidade do que anteriormente, em 2015 – somou-se a insurreição que despontou em Cabo Delgado e se estendeu a toda a região norte do país, resultando em milhares de mortes.¹¹ Como veremos em seguida, a evolução da

10. (Cortez et al., 2019).

11. Sobre o conflito em Cabo Delgado ver ‘*Stemming the Insurrection in Mozambique’s Cabo Delgado*’. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/southern-africa/mozambique/303-stemming-insurrection-mozambiques-cabo-delgado> (Acesso em 13 de novembro de 2022).

situação militar está diretamente ligada à descoberta de imensas reservas de gás natural descobertas no norte de Cabo Delgado. Não é exagero afirmar que a exploração desse recurso natural vai definir o futuro de Moçambique nas próximas décadas.

A democracia moçambicana saiu combalida das crises do governo Nyusi – e são frequentes as acusações de fraudes, desvios e instrumentalização do Estado durante as eleições. O cansaço da população com a FRELIMO, que ocupa a Presidência de Moçambique desde que o país conquistou a independência de Portugal há 47 anos, também é visível no número crescente de greves e movimentos sociais. Todavia, mesmo com todos os problemas enfrentados pelo atual presidente, os partidos de oposição têm sido incapazes de oferecer um projeto consistente de alternância de poder.

Após regressar ao enfrentamento armado, a RENAMO sofreu a perda de Afonso Dhlakama, sua liderança histórica durante 39 anos e cinco vezes candidato a presidente, e o surgimento de uma dissidência, que se recusa a ceder aos avanços nas negociações de paz com a FRELIMO.¹² Esse intenso processo de radicalização desafia estudiosos da região a compreender as razões que levaram o partido a optar pelo conflito armado em pleno século 21. Justin Pearce argumenta que a mobilização de um discurso orientado tanto às questões políticas contemporâneas, como por uma leitura histórica sobre o papel do grupo na luta anticolonialista, possibilitou à RENAMO reivindicar o papel de defensora dos interesses das regiões central e norte de Moçambique.¹³

Todavia, o caminho de radicalização intensificou as divisões políticas internas e, desprovida de uma liderança natural, a RENAMO permitiu que a FRELIMO se tornasse praticamente hegemônica nacionalmente. Um processo fortalecido pelo colapso do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), terceira força política do país,

12. (Cahen, 2021).

13. (Pearce, 2020).

que também perdeu a sua principal liderança, Daviz Simango, durante a pandemia, e viu sua estrutura partidária e base militante definhar.¹⁴ Quando todos esperavam que a FRELIMO enfrentasse dificuldades durante a presidência de Felipe Nyusi, a tensão generalizada causada pelos conflitos internos, pela pandemia e pelos fenômenos climáticos levaram ao fortalecimento do partido, do seu controle sobre o Estado, e do enfraquecimento da democracia moçambicana.

Segundo alguns analistas, esse cenário não é mero resultado das crises sistêmicas que o país atravessou nos últimos quatro anos, mas de uma estagnação e até de um possível recuo do processo de democratização, que tem as suas origens na transição do colonialismo para a liberdade a partir de 1975 e na Guerra Civil Moçambicana (1976-1992).

O cenário atual da democracia moçambicana começa a ser montado a partir de 1992, quando são assinados os Acordos Gerais de Paz entre a FRELIMO e a RENAMO, que se enfrentaram durante a guerra civil. Ao contrário do conflito em Angola, que, como veremos, terminou com a vitória unilateral do MPLA contra a UNITA, a Guerra dos Dezesseis Anos, como também é conhecido o conflito em Moçambique, não teve um vencedor claro e não foi concluída com a instalação de uma Comissão da Verdade e Reconciliação e de uma Justiça de Transição, nos moldes das que foram criadas em e outros países africanos.¹⁵

Moçambique, que ao final da guerra civil era um dos países mais pobres do mundo, rapidamente embarcou em um ambicioso programa de reformas econômicas. Os doadores internacionais, que projetavam no país seus ideais de transformação social por meio da intervenção externa, deixaram de lado as marcas do conflito e apresentaram o país ao mundo como um modelo de democratização e reconciliação.

Sob o comando de Joaquim Chissano, presidente de 1986 a 2005, a

14. D.W. (2021) *Morreu Daviz Simango, Edil da Beira e Líder do MDM: DW: 22.02.2021, DW.COM*. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/morreu-daviz-simango-edil-da-beira-e-1%C3%ADder-do-mdm/a-56649192>> (Acesso: 14 de novembro de 2022).

15. (Harrison, 1999).

FRELIMO cultivou a imagem de uma agremiação política comprometida com a democracia. No entanto, ele não hesitou em impor os seus próprios termos na relação com a RENAMO.¹⁶ Na cultura política local, o partido começou a ser descrito como uma coalizão de veteranos da guerra, mais interessados no acerto de contas militar do que em um pacto pelo desenvolvimento nacional. Em resposta, as lideranças da RENAMO aprofundaram a separação geográfica entre o extremo-sul de Moçambique, bastião político de FRELIMO e polo industrial desde a era colonial, e o resto do território nacional, descrito como abandonado pelo Estado e desprezado pelas elites políticas.

Durante aqueles anos, a consolidação dos avanços na liberdade de imprensa, nos direitos individuais e até na paridade de gênero foram acompanhados por retrocessos na concentração de riqueza, agora com fortes características partidárias, e na isonomia do processo eleitoral. Como foi descrito por Anne Pitcher no seu livro indispensável sobre as privatizações, a transição do socialismo para o capitalismo iniciado pela mudança constitucional de 1990 também provocou a transferência em massa de ativos do Estado para agentes privados ligados à FRELIMO. Durante o período entre os Acordos de Paz de 1992, as primeiras eleições multipartidárias de 1994 e a reeleição do presidente Chissano em 1999, Moçambique assistiu à emergência de um grupo de empresários e políticos com posições de liderança dentro do partido no poder.¹⁷

O controle do Estado pelas elites da FRELIMO que governam Moçambique desde 1975 criou uma relação de grande assimetria em relação à opositorista RENAMO.

O controle do Estado, junto com a concentração de poder econômico nas elites do partido, criou uma relação de grande assimetria entre a

16. (Weinstein, 2002); (Morier-Genoud, 2009).

17. (Pitcher, 2008).

FRELIMO e a RENAMO, que se refletiu na forma como a democracia foi organizada e praticada durante os anos seguintes. O acesso ao Estado continua oferecendo uma enorme vantagem competitiva ao partido incumbente, como foi descrito por Aslak Orre, entre outros. A adoção do sistema proporcional na prática deveria favorecer uma maior e melhor representatividade da oposição no parlamento. No entanto, apenas reforçou a rivalidade entre a RENAMO e a FRELIMO, sendo a primeira minoritária dentro de um parlamento fraco institucionalmente; e a segunda isolada no comando do Executivo desde 1975, onde todo o poder se concentra. De maneira geral, mecanismos desenvolvidos para aumentar a competitividade do regime apenas reforçaram a hegemonia política da FRELIMO entre 1992 e 2013.¹⁸

O governo de Armando Guebuza, terceiro presidente do país, é considerado o grande acelerador da deriva autoritária da primeira década do século 21. Eleito em 2005 como sucessor de Chissano, Guebuza era um antigo membro do aparelho de segurança da FRELIMO, com vasta experiência nesta área antes de se envolver nos grandes negócios proporcionados pela era das privatizações. A galáxia Guebuza, uma vasta rede de aliados políticos que se apropriou gradualmente das principais fontes de riqueza do país, levou o projeto além, embarcando Moçambique na era dos “megaprojetos”. Em pleno clímax do ciclo de alta das commodities, o governo Guebuza abriu o país a superinvestimentos nas áreas de recursos naturais e infraestrutura que possibilitaram novos caminhos para a acumulação da riqueza por parte da elite ligada à FRELIMO, embora tenham trazido poucos ganhos de qualidade de vida à população.¹⁹

Mais importante ainda, houve uma escalada da violência patrocinada tanto pelo Estado como pela oposição. Entre 2013 e 2020, ocorreram cerca de 364 confrontos envolvendo a RENAMO e forças

18. (Orre, 2017).

19. Para mais detalhes sobre democracia moçambicana e, em especial, a respeito da relação entre corrupção e as eleições no país, ver Mosse (2004).

estatais. Esses ataques aumentaram durante as eleições de 2014 e atingiram o pico em 2016, quando Afonso Dhlakama, líder da RENAMO, pressionava a FRELIMO a conceder maior autonomia regional.

Esse ciclo perverso, durante o qual os crescentes ganhos materiais da longa permanência no poder também incentivaram a elite da FRELIMO a manipular as instituições para alienar a RENAMO do governo, ganhou novo momento a partir de 2010, quando, em pleno segundo mandato de Armando Guebuza, a descoberta de 150 trilhões de metros cúbicos de depósitos de gás natural elevou Moçambique à posição de terceiro maior detentor dessas reservas em solo africano – abaixo apenas da Nigéria e da Argélia – e décimo segundo no mundo. A perspectiva de comandar o Estado moçambicano nos próximos anos, quando o desenvolvimento do setor de energia deve atrair até 120 bilhões de dólares de novos investimentos, movimenta as disputas internas do governo Nyusi e altera o cálculo dos parceiros internacionais em relação ao país.²⁰

As suspeitas levantadas pela gestão errática das reservas de gás e pelo precedente desastroso dos megaprojetos de infraestrutura e desenvolvimento foram atenuadas pelo imperativo geopolítico. Diante da crise energética resultante da guerra da Ucrânia, a União Europeia foi obrigada a adotar uma postura mais pragmática em relação a Moçambique. Apesar dos desvios democráticos e da dificuldade em superar o escândalo das dívidas ocultas, o governo Nyusi voltou a ser tratado como um aliado privilegiado pelas instituições de Bretton-Woods.

Durante o período mais recente, as dificuldades militares enfrentadas pelo governo Nyusi deixaram de ser resolvidas internamente. O conflito de Cabo Delgado foi solucionado pela intervenção de forças do Ruanda, que busca expandir a sua presença regional diante do enfraquecimento político da África do Sul no continente. Essa solução provisória de apelar para uma intervenção externa tende a se tornar

20. (Ruszel, 2022); (Neethling, 2022).

definitiva diante das dificuldades do Estado moçambicano em assumir a responsabilidade de controlar militarmente toda a região norte.

Um cenário semelhante ao da Nigéria ou de Angola – onde toda uma parte do território se transforma em província extrativista, organizada em torno da aliança implícita entre forças de segurança e multinacionais – parece irreversível em Cabo Delgado. Gera preocupação, também, a inexistência de um fundo soberano de gestão dos recursos oriundos da exploração das reservas de gás, reduzindo ainda mais a transparência dessas operações extrativistas.²¹

Com os retornos lucrativos da produção de gás natural no horizonte, é improvável que o partido no poder ceda a pressões por maior abertura democrática, tanto por parte da sociedade civil como dos apoiadores internacionais. Pressionados pelo aumento da instabilidade geopolítica na Europa e na Ásia, os parceiros ocidentais tendem a deixar de lado considerações sobre direitos humanos e democracia que podem interferir na aproximação econômica com o governo moçambicano.

Por outro lado, a oposição perde a sua força política com o enfraquecimento da RENAMO, dividida e sem líder, e do MDM. Sem adversários políticos e com a perspectiva de administrar uma fonte de riqueza inédita na história do país, a FRELIMO dificilmente resistirá à tendência de centralizar cada vez mais o poder e reforçar sua hegemonia política. Nesse cenário de desequilíbrio das forças em jogo, as próximas eleições, previstas para ocorrer em 2024, dificilmente representarão uma oportunidade para a alternância política, como no caso de Angola.

Angola: a hegemonia do MPLA em xeque

Em Angola, as últimas eleições, realizadas em agosto de 2022, ofereceram um quadro muito diferente. Se em Moçambique, elas concretizaram a dominação da FRELIMO, em Angola o recente pleito

21. (Ramos, 2022).

marcou o fim da hegemonia incontestável do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). A vitória apertada do partido do presidente João Lourenço, que buscava um segundo mandato à frente do governo angolano, acompanhada pelo crescimento da bancada de oposição na Assembleia Nacional e pela constituição de uma frente da oposição em condições de apresentar um projeto de alternância de poder nos próximos anos, mudou a dinâmica da democracia angolana.

O MPLA, que governa o país desde a independência de Portugal em 1975, inicia, pela primeira vez na história, um mandato com chances plausíveis de ser destituído pelas urnas nas próximas eleições gerais, previstas para ocorrer em 2027. O partido incumbente terá de enfrentar um primeiro teste já nos próximos dois anos, com a decisão sobre a organização de eleições municipais, que devem garantir um novo espaço político à oposição. Lourenço vem reiterando seu compromisso com a realização dos pleitos locais, mas é frequentemente questionado pela oposição por limitar a participação de atores externos ao governo na Comissão para Implementação das Autarquias. Alguns setores, inclusive, enxergam a criação da Comissão como uma manobra política do governo para postergar a aprovação da lei que regulamentará essas eleições.²²

Embora exista o risco de Angola enfrentar uma regressão democrática, a evolução do processo de democratização nos últimos anos é digna de nota.

Embora nada esteja garantido – Angola ainda corre o risco de enfrentar uma regressão democrática nos próximos anos –, a evolução do processo de democratização nos últimos anos é digna de nota.²³ E, tal como no caso de Moçambique, tudo começa na transição do período colonial e da Guerra Civil Angolana, que durou de 1975 a 2002, com algumas interrupções.

22. (Adalberto, 2022); (Orre, 2012).

23. (VOA, 2022).

Em abril de 2002, o MPLA conquista a vitória incondicional sobre a União pela Independência Total de Angola (UNITA), depois de um dos conflitos mais violentos da história mundial pós-Segunda Guerra. Os Acordos de Paz reforçam o controle do MPLA sobre o Estado angolano e o colocam em posição privilegiada para se beneficiar do ciclo virtuoso da renda das exportações do petróleo, que Angola vinha produzindo desde a era colonial. Entre 2002 e 2012, com uma breve interrupção durante a crise financeira de 2008, a economia angolana cresce exponencialmente e o Estado, controlado pelo MPLA, coloca em marcha um plano de reconstrução nacional que tinha como objetivo paralelo o acúmulo de riquezas por parte da sua elite e, em particular, do entorno de José Eduardo dos Santos, que presidiu o país de 1979 a 2017.

Esse processo, amplamente documentado tanto por pesquisadores acadêmicos como por jornalistas, pode ser resumido em três eixos principais. O primeiro passa pela relação consubstancial entre o partido e o Estado, que se tornaram praticamente indissociáveis.²⁴ O segundo é a enorme centralização de poder econômico dentro da estatal Sonangol, responsável por operar os poços de petróleo e por financiar e administrar outros ativos-chaves da economia.²⁵ Por fim, o avanço material do Estado, por meio de um vasto programa de investimentos em infraestrutura, que mudou a própria relação da sociedade com o poder político.²⁶

No auge da guerra civil, em meados dos anos 1990, o Estado angolano, controlado pelo MPLA, dificilmente projetava poder além dos limites da capital, Luanda. No final da primeira década de 2000, o Movimento havia estabelecido um controle incontestável em todas as regiões do país. Esse projeto de desenvolvimento acelerado, que transformou Angola numa potência regional e em referência de crescimento econômico na África, praticamente extinguiu qualquer ambição de democratização.

24. (Pearce, 2012).

25. (de Oliveira, 2007).

26. (de Oliveira, 2015).

Sob o governo de José Eduardo dos Santos (1979-2017), Angola emergiu como um modelo de autocracia na África, onde o presidente da República comandava o partido, e o partido exercia o controle absoluto do Estado. Eleições eram custosas e festivas, mas o sistema eleitoral, assim como a assimetria entre o partido de governo e a oposição, não deixava espaço para a competição política. Cooptada e sufocada, a sociedade civil era incapaz de compensar a fraqueza dos partidos de oposição. Potencializado pela renda petrolífera, o MPLA havia transformado Angola praticamente num Estado absolutista.

Esse projeto foi transformado em lei na atual Constituição, aprovada em 2010, que reforçou os poderes presidenciais e aboliu a fórmula tradicional em que a eleição direta para presidente é realizada de maneira separada da eleição para os cargos legislativos. No caso da Assembleia Nacional, os partidos oferecem uma lista fechada com os nomes que concorrem, indicando um candidato presidencial no topo dessa lista. Os eleitores votam, assim, nas listas partidárias e os dois candidatos no topo da lista do partido mais votado são eleitos Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente.²⁷

A situação começou a sofrer abalos a partir da virada da década passada e do término do superciclo de alta das commodities. A súbita dificuldade do Estado em assegurar os seus compromissos financeiros com a elite econômica gerou uma onda, discreta, mas real, de insatisfação dentro do MPLA, outrora extremamente disciplinado e dominado por Dos Santos. Estimulada pelos protestos sociais globais ligados à Primavera Árabe (2010-2012) e ao advento das redes sociais, uma geração que não conheceu a guerra – e que por isso não se sentia devedora em relação a Dos Santos –, passou a organizar um movimento de oposição ao presidente e a favor da democratização do regime.

Embora ele tenha sido severamente reprimido e circunscrito às capitais, o movimento que levou ao “Processo dos 16” deixou marcas

27. (Amundsen, 2021).

na imagem do regime de Dos Santos e segue gerando frutos dentro de grupos organizados pela sociedade civil.²⁸ Por fim, o envelhecimento de Dos Santos –que deixou o poder em 2017 e morreu em 2022 – gerou uma competição dentro do seu próprio núcleo familiar, que ganhou um poder desproporcional nos últimos anos do seu governo de quase quatro décadas. A sua filha Isabel dos Santos, notoriamente conhecida como a “princesa da África”, assumiu a toda poderosa Sonangol, com resultados desastrosos. O filho Zenu passou a ficar na linha da frente quando foi nomeado para o Fundo Soberano, uma instituição conhecida pela sua opacidade.²⁹

Todos esses fatores levaram Dos Santos a organizar a sua sucessão presidencial em 2017 com a transferência de poder para um quadro orgânico do MPLA, também veterano da guerra civil, João Lourenço. Sua chegada ao poder desencadeou um processo de abertura política controlado³⁰: seu governo garantiu maior liberdade de expressão dos meios de comunicação, prometeu a realização de eleições municipais e promoveu uma reforma da política econômica com ênfase na diversificação da economia e na privatização de empresas públicas.

As reformas garantiram o sucesso do presidente Lourenço junto ao mercado financeiro, que o descreve como uma das lideranças mais respeitáveis e confiáveis do continente, além do respeito dos outros atores regionais. Sob seu comando, Angola voltou a pesar nas organizações multilaterais africanas, a desenvolver parcerias com a União Europeia e a se aproximar dos Estados Unidos.

No entanto, essa mudança de paradigma do governo pouco ou nada se refletiu na realidade da maioria dos angolanos.³¹ A pobreza extrema continua alta, o acesso a eletricidade segue limitado e os poucos serviços públicos existentes colapsaram durante a pandemia. As medidas

28. (Camuto, 2022).

29. (Alencastro, 2021).

30. (Alencastro, 2018).

31. (Almeida, 2021).

de reformas econômicas não levaram a um aumento do investimento estrangeiro. Sobretudo, a luta contra a corrupção, que levou à prisão de Zenu dos Santos e à alienação financeira da empresária Isabel dos Santos, ficou manchada pelo viés político. Permanece a impressão de que ela era motivada unicamente pela vontade de Lourenço de isolar o clã Dos Santos e consolidar o seu poder dentro do MPLA.

As dificuldades do governo em traduzir as reformas em medidas concretas de melhoria de vida da população levou a uma situação inédita nas eleições gerais de 2022. Ela mergulhou Angola numa nova era: pela primeira vez desde a independência, a perspectiva de uma mudança de governo a médio prazo é uma realidade política. Liderado por Adalberto da Costa Junior, que sucedeu a Isaías Samakuva em 2019 na Presidência da UNITA e promoveu uma renovação de quadros no partido, o partido de oposição passou a atuar de forma mais transparente, aberta e ágil na construção de coalizões.

Embora a frente ampla da oposição não tenha sido aprovada para disputar a eleição³², ela permitiu um alinhamento programático inédito entre as três principais lideranças da oposição. O resultado excepcional de 2022 reflete a nova dinâmica eleitoral em Angola: a UNITA ganhou em cidades que sempre votaram a favor do MPLA, inclusive em Luanda. Uma nova geração de eleitores, que entrou na política durante os movimentos contra Dos Santos, parece ver na alternância de poder a única saída para os problemas do dia a dia. Em posição de força, a UNITA passou a ser reconhecida como um governo em potencial por atores internacionais da diplomacia e do setor privado. A liderança de Adalberto da Costa Junior garante que ela não enfrentará os problemas de divisão que outras formações históricas de oposição aos movimentos de libertação estão enfrentando no resto da região,

32. A “Frente Patriótica Unida”, que agrupava, além da UNITA, o partido opositor Bloco Democrático e o grupo PRA-JA Servir Angola, não pôde efetivar seu registro eleitoral e tampouco foi reconhecida como organização política pelo Tribunal Constitucional de Angola. Ao final, os membros do Bloco Democrático e do PRA-JA concorreram às eleições pela UNITA. A sua reconstituição nas próximas eleições gerais será um ponto de tensão nas relações entre a oposição e o governo.

como o zimbabuano MDC e a moçambicana RENAMO.

A nova política de alianças da UNITA coloca o MPLA em um impasse. Por um lado, a ala mais reacionária do partido, que construiu o Estado absolutista junto com Dos Santos, continua vendo a UNITA como uma ameaça existencial aos seus interesses. Essa ala, que ainda domina uma parte significativa do partido, continua apresentando a UNITA como o “outro” – um grupo armado e subversivo, cuja vitória na eleição levaria Angola de volta ao caos e à violência. Do outro lado, a ala reformista, levada ao poder por João Lourenço, defende que a competitividade eleitoral é uma consequência inevitável das reformas políticas e econômicas implementadas pelo seu governo.

De acordo com os resultados oficiais, o MPLA obteve a maioria absoluta (com 51,17 por cento dos votos), dando assim mais um mandato ao presidente João Lourenço. Em particular, o MPLA teve um desempenho significativamente superior, especialmente na capital Luanda e em outras cidades maiores – um desenvolvimento notável devido às suas raízes historicamente fortes nestes centros urbanos. O resultado foi, no entanto, rejeitado pela UNITA porque a contagem agregada parecia difícil de ser conciliada com as numerosas atas das mesas de voto que indicariam resultado contrário. Uma queixa formal da oposição foi indeferida pelo Tribunal Constitucional de Angola; enquanto isso, o Exército foi colocado preventivamente em “prontidão de combate aumentada”.

A posse de Lourenço para um segundo mandato acabou ocorrendo em meio a rígidas medidas de segurança. Protestos subsequentes foram cancelados pela liderança da oposição devido ao temor de precipitar uma escalada de violência. Mas a tensão na sociedade continua palpável. O próximo ciclo eleitoral será abordado como um referendo pela continuidade do MPLA no poder.

Conclusão

Os casos de Moçambique e Angola mostram como o debate sobre avanços e recuos deve ser superado quando analisamos o processo de democratização na África. Moçambique, outrora apontado como um modelo de paz e democracia, tem evoluído perigosamente em direção à centralização do regime em torno do partido incumbente e, possivelmente, de uma liderança com amplos poderes. Angola tem seguido o caminho contrário, partindo de um regime hipercentralizado nos anos subsequentes à guerra civil para, mais recentemente, avançar na direção de uma democracia multipartidária competitiva.

Embora a dinâmica da democratização seja diferente nos dois países lusófonos, existem elementos em comum que são parte da problemática africana. A literatura mostra que a polarização partidária é importante para a competição política. No entanto, quando ela é instrumentalizada e aplicada a todos os elementos da sociedade, pode devorar as próprias instituições democráticas. Nos dois casos, a polarização entre partidos ganhou importantes contornos regionais, étnicos e culturais. Em Angola, a vitória decisiva na guerra deu uma vantagem inicial ao MPLA sobre a UNITA, que agora vem sendo reduzida com as mudanças geracionais e o desgaste no poder. Já no caso de Moçambique, a RENAMO saiu da guerra em condições de disputar o poder, mas acabou vencida pelas contradições entre a luta armada e a política institucional. Isso permitiu à FRELIMO ampliar o seu controle do Estado, numa tendência que deve se acentuar nos próximos anos. Em ambos os casos, a prioridade deve ser desenhar e implementar um arcabouço institucional que organize a polarização nos melhores termos possíveis. Por isso, é importante os observadores irem além do processo eleitoral e tentarem entender em profundidade as novas dinâmicas políticas.

Por fim, uma questão a ter em conta é o aumento da violência política no norte de Moçambique e no leste de Angola durante os últimos mandatos presidenciais. Essas províncias extrativistas, onde se concen-

tram os recursos naturais, são sempre consideradas lugares de exceção. A democratização historicamente passou ao largo delas.

Angola e Moçambique têm alguma chance de mitigar a combinação mortífera de crescente autoritarismo e conflito violento, mas não será apenas pelo desempenho dos partidos políticos dominantes e instituições estatais fortemente politizadas, como o Poder Judiciário, os órgãos eleitorais e as Forças Armadas. A verdadeira esperança de paz e democracia nesses dois países de grande relevância para o continente reside em ativistas corajosos da sociedade civil e em uma imprensa independente. Em ambos os casos, sua integridade e determinação oferecem um modelo para movimentos sociais e atores da sociedade civil em outros países africanos.

Bibliografia

Adalberto, J. (2022) Comissão para implementação das autarquias Gera desconfiança – DW – 18/10/2022, dw.com. *Deutsche Welle*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-comiss%C3%A3o-para-implementa%C3%A7%C3%A3o-das-autarquias-gera-desconfian%C3%A7a/a-63483787> (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Alencastro, M. (2018) “Angola under Lourenço: Towards a Negotiated Hegemony”, Notes de l’Ifri, IFRI. Disponível em: https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/alencastro_angola_under_lourenco_2018.pdf (Acesso em 15 de novembro de 2022).

Alencastro, M. (2021) Conheça Sindika Dokolo, Marchand que impulsionou arte africana e se envolveu no Luanda leaks, Folha de S.Paulo. Folha de S.Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/01/conheca-sindika-dokolo-marchand-que-impulsionou-arte-africana-e-se-envolveu-no-luanda-leaks.shtml> (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Almeida, C. (2021) “Angola e os ventos da mudança e continuidade de João Lourenço,” Janus. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/4932> (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Amundsen, I. (2021) “Always top-down: Constitutional reforms in Angola,” CMI Working Paper, 9. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/8079-always-top-down-constitutional-reforms-in-angola> (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Cahen, M. (2021) “RENAMO: de la défaite à la survie?,” *Africana Studia*, 1(36), pp. 165–188.

Caldeira, A. (2022) SG da FRELIMO confirma 3o mandato de Filipe Nyusi, @Verdade, 21 Setembro. Disponível em: <https://verdade.co.mz/sg-da-FRELIMO-confirma-3o-mandato-de-filipe-nyusi> (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Camuto, N. (2022) Promotores das Manifestações DENUNCIAM Ameaças de Morte – DW – 10/09/2022, dw.com. *Deutsche Welle*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/malanje-promotores-das-manifesta%C3%A7%C3%B5es-denunciam-amea%C3%A7as-de-morte/a-63078639> (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Cheeseman, N. (2015) *Democracy in Africa: Successes, failures, and the struggle for political reform*. New York, NY: Cambridge University Press.

Chicava, S. (2021) “Filipe Nyusi: um terceiro mandato é possível?”, Caderno IESE, 23. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/10/CadernoIESE23P-SC.pdf> (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Cortez E. et al. (2019) “Custos e Consequências das Dívidas Ocultas para Moçambique”, Centro de Integridade Pública, maio de 2021. Disponível em: <https://macua.blogs.com/files/cip-custos-e-consequencias-das-dividas-ocultas.pdf> (Acesso em 13 de novembro de 2022).

D.W. Morreu Daviz Simango, Edil da Beira e Líder do MDM: DW: 22.02.2021, DW.COM. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/morreu-daviz-simango-edil-da-beira-e-1%C3%ADder-do-mdm/a-56649192> (Acesso: 14 de novembro de 2022).

Davis, J. (2022), Virtual issue: elections, *African Affairs*, Volume 111, Issue 484, July 2022, Pages e1–e7,

Englebert, P. (2009) *Africa: Unity, sovereignty, and sorrow*. Boulder, Colo: Lynne Rienner.

Francisco, G. (2022) Moçambique Pode Ser o “qatar de África” e a “Verdadeira alternativa” Para O Gás na Europa, Plataforma Media. Disponível em: <https://plataformamedia.com/2022/10/20/mocambique-pode-ser-o-qatar-de-africa-e-a-verdadeira-alternativa-para-o-gas-na-europa/> (Acesso 14 de novembro de 2022).

Francisco, A. and Semedo, I. (2016) “Rolling Balances in the Mozambican State Budget: Did Nyusi find the Coffers Empty?,” *Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social*, 82. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_IDeIAS82e.pdf (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Hanlon, J. (2018) Heroína continua sendo uma das maiores exportações, The Open University. Centro de Integridade Pública. Disponível em: <https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Heroína%20continua%20sendo%20uma%20das%20maiores%20exportac%CC%A7o%CC%83es.pdf> (Acesso: 14 de novembro de 2022).

Harrison, G. (1999) “Mozambique between two elections: A political economy of transition,” *Democratization*, 6(4), pp. 166–180.

International Crisis Group. (2021) *Conter a Insurreição em Cabo Delgado, Moçambique*. rep. International Crisis Group. Disponível em: <https://icg-prod.s3.amazonaws.com/303-cabo-delgado-portuguese.pdf> (Acesso: November 15, 2022).

Jackson, R.H. (1999) *Quasi-states: Sovereignty, international relations and the third world*. Cambridge: Cambridge Univ. Pr.

Messiant, C. (1995) “Angola, les voies de l’ethnisation et de la décomposition,” *Lusotopie*, II, pp. 181–212.

Morier-Genoud, E. (2009) “Mozambique since 1989: shaping democracy after socialism,” in A.R. Mustapha and L. Whitfield (eds) *Turning Points in African Democracy*. Boydell and Brewer, pp. 153–166.

Mosse, M. (2004) *Corrupção em Moçambique alguns elementos para debate, Zambesia*. Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/corruptaomocambiquemmosse.pdf (Acesso: 14 de novembro de 2022).

Neethling, T. (2022) *Offshore gas finds offered major promise for Mozambique: What went wrong*, *The Conversation*. Disponível em: <https://theconversation.com/offshore-gas-finds-offered-major-promise-for-mozambique-what-went-wrong-158079> (Acesso: 14 de novembro de 2022).

de Oliveira, R. S. (2007) “Business success, Angola-style: postcolonial politics and the rise and rise of Sonangol,” *The Journal of Modern African Studies*. Cambridge University Press, 45(4), pp. 595–619.

de Oliveira, R.S. (2015) *Magnificent and beggar land: Angola since the Civil War*. London: Hurst & Company.

Orre, A. (2012) “Autarquias em Angola: Qual o problema do gradualismo?”, *Lucere*. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/4930-autarquias-em-angola> (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Orre, A. (2017) *Mozambique: A political economy analysis*, NUPI. Disponível em: <http://www.nupi.no/Publikasjoner/CRISTin-Pub/Mozambique-A-Political-Economy-Analysis> (Acesso: 14 de novembro de 2022).

Pearce, J. (2012) “Control, politics and identity in the Angolan Civil War,” *African Affairs*, 111(444), pp. 442–465.

Pearce, J. (2020) “History, legitimacy, and RENAMO’s return to arms in central Mozambique,” *Africa*, 90(4), pp. 774–795.

Pitcher, M.A. (2008) *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000*. Cambridge etc: Cambridge University Press.

Pitcher, M.A. (2012) *Party politics and economic reform in Africa’s democracies*. Cambridge: Cambridge University Press.

Pitcher, M.A. (2020) “Mozambique elections 2019: Pernicious Polarization, democratic decline, and rising authoritarianism,” *African Affairs*, 119(476), pp. 468–486.

Ramos, M. (2022) Exploração de Gás Natural Sem Fundo soberano preocupa Especialistas Moçambicanos, VOA. Voz da América. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/explora%C3%A7%C3%A3o-de-g%C3%A1s-natural-sem-fundo-soberano-preocupa-especialistas-mo%C3%A7ambicanos/6814436.html> (Acesso: 14 de novembro de 2022).

Ruszel, M. (2022) “The Development of Global LNG Exports,” in *The Future of Energy Consumption, Security and Natural Gas*. Palgrave Macmillan, pp. 1–20.

Sanches, E., Costa, D.H. and Serra-Silva, S. (2019) *A qualidade da democracia em Cabo Verde - resultados das avaliações dos especialistas*. rep. Lisboa: Observatório da Qualidade da Democracia.

Seibert, G. (2006) *Comrades, clients and cousins: Colonialism, socialism and democratization in Sao Tome and Principe*. Leiden: Brill.

Stemming the insurrection in Mozambique’s Cabo Delgado (2021) Crisis Group. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/southern-africa/mozambique/303-stemming-insurrection-mozambiques-cabo-delgado> (Acesso: 13 de novembro de 2022).

Theo Neethling Professor of Political Science (2022) Offshore gas finds offered major promise for Mozambique: What went wrong, *The Conversation*. Disponível em: <https://theconversation.com/offshore-gas-finds-offered-major-promise-for-mozambique-what-went-wrong-158079> (Acesso: 14 de novembro de 2022).

VOA (2022) João Lourenço Deve COLOCAR Direitos humanos “no centro” da sua política, diz human rights watch, VOA. Voz da América. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/jo%C3%A3o-louren%C3%A7o-deve-colocar-direitos-humanos-no-centro-da-sua-pol%C3%ADtica-diz-human-rights-watch-/6830221.html> (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Weimer, B., Macuane, J. and Buur, L. (2012) “A economia do political settlement em Moçambique: contexto e implicações da descentralização,” Moçambique: Descentralizar o Centralismo, pp. 31–75. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/Descent/IESE_Decimalizacao_1.1.PolSett.pdf (Acesso: 14 de novembro de 2022).

Weinstein, J.M. (2002) “Mozambique: A fading U.N. Success Story,” *Journal of Democracy*, 13(1), pp. 141–156.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EstadoDemocracia>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#MediosComunicacion>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca>

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#RecursosPesquisa>